

SESSÕES DO PLENÁRIO

106ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de outubro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. CARLOS BRASILEIRO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Bira Corôa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 12 e 26/08/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do dep. Luiz Augusto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 22 e 26/08/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 12, 16, 26 e 30/09/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Álvaro Gomes, que quer acabar com as extraordinárias remuneradas, o que eu discordo.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, na realidade, ontem, o nobre presidente Marcelo Nilo aventou a possibilidade de votar a PEC 130/2013, de nossa autoria, que acaba com a remuneração, quando da convocação extraordinária durante o recesso parlamentar.

Primeiro, eu gostaria de dizer que defendo essa tese, desde quando assumimos aqui o mandato de deputado, em 2003. Em 2004, nós tentamos assinaturas para dar pequeno expediente entrada na PEC, não obtivemos êxito, não tivemos o número suficiente. Mas, ainda assim, nós fizemos indicação ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, à presidência da República, ao governador, na época Paulo Souto, para acabar com a remuneração quando das convocações extraordinárias. O Congresso Nacional acabou com essa remuneração, por volta de 2006, inclusive o próprio Supremo Tribunal entende que essa norma é de reposição automática. No entanto, aqui, ainda temos esse mecanismo constitucional, o qual eu acho que nós devemos retirar.

Primeiro, não entendo correto que o deputado, durante o recesso parlamentar, em sendo necessária uma convocação extraordinária, tenha um recebimento extra de mais dois salários, não acho isso correto. E para ser coerente com a minha própria tese que sempre defendi aqui, também, porque na época que defendia isso, inicialmente, eu sempre ressaltava que recesso não é férias, que havia uma discussão de reduzir o recesso, mas não retirar esse mecanismo. E eu dizia o seguinte, que mais importante do que reduzir o recesso é retirar esse mecanismo, é retirar a remuneração quando da convocação extraordinária.

Acho que isso é uma imperfeição, acho que o Parlamento, hoje, vive um processo injusto, muitas vezes um processo de criminalização, ou seja, há um processo de criminalização da política, e isso é muito prejudicial à democracia e à sociedade.

Mas, entendo também que nós, legisladores, parlamentares, deputados, devemos também primar pela conduta ética, pela transparência, buscar corrigir determinadas imperfeições para que nós possamos vencer essa batalha, no sentido do fortalecimento da política como fator de resolução dos conflitos, e como fator, também, de progresso, de desenvolvimento e de justiça social.

Por isso, acho que devemos corrigir determinadas imperfeições, e não tenho nenhuma dúvida de que essa é uma das mais graves imperfeições aqui no Parlamento.

Não estou preocupado com o que fala parte da mídia. Minha preocupação não é com a repercussão, até porque alguns questionaram se era em razão do movimento de massa das ruas.

Eu disse que apresentamos isso em 2003, 2004. O movimento das ruas existe desde quando... A história é marcada por movimentos, por mobilizações. O que me move a apresentar essa PEC é a convicção e a consciência de que ela vai corrigir uma distorção, uma imperfeição que existe aqui no Parlamento. Assim como é errado se dizer que recesso são férias. Recesso não são férias, recesso é ausência de reuniões das comissões e das sessões plenárias. Todo o resto funciona normalmente. Portanto, recesso não são férias. Sempre defendi essa tese aqui, e continuo defendendo.

Então, faço um apelo aos nobres deputados para que amadureçam, analisem e reflitam sobre essa nossa PEC...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) e assim, conscientemente, a aprovem. Evidentemente, se a maioria entender que não é correta, paciência, vamos vivendo um processo de amadurecimento até chegar o dia em que corrigiremos essa imperfeição.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, amigos das Galerias, no último final de semana tive oportunidade de visitar Camacan, um município onde tenho grandes amigos. Lá, passei parte da minha infância e adolescência, um município que já foi muito forte na nossa região cacaueira, muito forte no nosso Estado.

Mas, com a crise da lavoura cacaueira, esse município perdeu um pouco a sua importância econômica. A população, infelizmente, teve de sair para buscar condições de vida em outros Estados, em outros municípios. E chegando a Camacan, tive a oportunidade e a alegria de rever amigos queridos, deputado Carlos Geilson, amigos que não via havia muito tempo.

Ao mesmo tempo, tive a infelicidade de ver como está sendo tratada a cidade de Camacan. É uma cidade-polo em relação à saúde; é sede de referência para diversos municípios no seu entorno, como Pau Brasil, Mascote, Jussari, Santa Luzia e Arataca.

Lá, pude ver e ouvir o relato da população e das lideranças políticas sobre os péssimos serviços da saúde no município. São três hospitais, sendo que um já deixou de funcionar; outro funciona de forma muito precária e o terceiro também está funcionando com precariedade.

Então, queria pedir atenção do governo do Estado para olhar com carinho a região Sul; olhar com carinho a cidade de Camacan, que representa o polo da saúde daquela região. Milhares e milhares de pessoas dependem da saúde de Camacã. E isso me deixou muito triste.

Assim como também ficou muito triste, presidente Carlos Brasileiro, deputado Gaban, que conhece tão bem esta Bahia, a situação da segurança pública na região Sul.

São vários e vários municípios de onde recebi relatos e moções de repúdio à segurança pública estadual. Recebi várias e várias informações de que a segurança pública tem deixado a desejar. Você vê a questão de Camacan, você vê a questão de Jussari, um pequeno município daquela região. Jussari sempre foi conhecida por ser uma cidade pequena, pacata, hoje, está totalmente desassistida, entregue à violência pública.

Venho pedir ao governo do Estado mais uma vez atenção para aquela região tão importante, que já representou tanto para a economia do nosso Estado. A região cacauzeira, por exemplo, tem sofrido, sim, com a falta de atenção do governo do Estado, a falta de atenção com a saúde e com a segurança pública.

Estive, também, deputado, participando da audiência pública em Itabuna para discutir a retomada das obras do centro de convenções e do teatro municipal daquela terra. As obras já se encontram paradas há mais de 7 anos. E Itabuna também é um município importante, deputado Capitão Tadeu, que precisa do centro de convenções para movimentar a sua economia e precisa do teatro municipal para valorizar a cultura da região e da cidade. Contudo o que se vê são obras paradas, nenhuma ação efetiva do governo do Estado. Este governo que tem tratado mal Itabuna, como se vê na questão da barragem do Rio Colônia, prometida em janeiro com toda a pompa, e até hoje as obras estão paralisadas. Você não vê uma ação efetiva do governo que aí está em relação ao sul da Bahia.

Era esse o meu pronunciamento. Queria dizer da minha ida a Camacã e ao sul da Bahia, por isso cobro mais uma vez ao governo do Estado atenção para aquela região. Aquela região precisa de saúde e de segurança pública efetiva, de qualidade, que faça valer o direito do cidadão poder andar pelas ruas, pelos municípios e viver tranquilamente, livre da violência que lá está imperando. Era isso, Sr. Presidente Carlos Brasileiro, grande representante de Senhor do Bonfim e região.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, nobre deputado, pelas palavras elogiosas.

Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores das Galerias Paulo Jackson, boa-tarde a todos! Deputado Pedro Tavares, não tenho procuração para falar em nome do governador, mas queria dizer que não é má vontade nem maltrato do governador. Nunca um governador tratou de forma tão republicana todos os municípios como o governador Jaques Wagner. E a gente lembra disso. Lídice da Mata, quando foi prefeita desta cidade, sabe o que sofreu com a perseguição da grande imprensa que estava nas mãos dos carlistas. Foi uma forma perseguidora, discriminatória que a Bahia viveu durante os anos de comando do governo carlista. Então, acho que V.Ex^a está sendo injusto com o nosso governador. É um homem que

trata bem todo mundo, assim como o presidente Lula. Trata bem Caetano, todo mundo, claro.

Portanto, sete anos é um período muito curto, deputado Pedro Tavares, para consertar trinta e tantos anos de perseguição, desmando, concentração de poder nas mãos de poucos e monopólio da economia. Por isso quero dizer que é uma pena que os apaixonados por Pernambuco não estão aqui, neste momento, mas farei questão de ler alguns dados extraídos do IBGE, do site Bahia Econômica, para mostrar aos que ficam torcendo contra a nossa Bahia, desejando que a Bahia retroaja, torcendo contra, fazendo todo esse tipo de falas que vemos aqui desprovidas de conteúdo e de sentido, somente com o objetivo de descaracterizar um trabalho feito com muito carinho, com muito cuidado e com muita atenção, mas, obviamente, o mundo capitalista vive em crise e não seria a Bahia que estaria fora dessa situação, não é não Professor Zé Raimundo?

Então o que é que diz o site Bahia Econômica? (Lê) “A Bahia mantém um crescimento significativo do seu PIB em comparação a outros estados e à própria média nacional. Enquanto o crescimento acumulado no primeiro semestre de 2013 do PIB brasileiro foi de 2,6%, a Bahia cresceu 3,3%. Comparativamente a outros estados brasileiros, segundo números do IBGE,” divulgados hoje pela Secretaria da Indústria e Comércio, o crescimento da economia baiana é muito vigoroso. A Bahia 3%, Pernambuco, 2,7%, ouviram, amantes de Pernambuco que só torciam para dar certo tudo lá em Pernambuco? São Paulo, 1,8% e Minas Gerais, 0,8%. Comandados pelo PSDB, os dois últimos, e Pernambuco pelo PSB que agora resolveu debandar também da Base da nossa presidente.

“O Banco Central também reforça a posição de que a Bahia vive um ciclo de crescimento virtuoso. De acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central, a Bahia ostenta um crescimento de 6,1%” acima da média nacional que foi de 2,9% e de Pernambuco 1,8%.

Desde 2007, que a Bahia tem diversificado a sua atividade econômica, não dependendo apenas da petroquímica e do petróleo, atraindo aproximadamente, deputada Maria Luiza, 50 bilhões de investimentos privados.

Então eu quero deixar os meus parabéns e os meus votos de aplauso para o governador Wagner. Parabéns ao PT e aos seus aliados que tiraram a Bahia do atraso e colocaram o nosso Estado em condição de concorrência, sem as panelinhas e os jogos marcados, nos quais poucas empresas amigas do chefe naquele momento tinham o monopólio e o controle da economia.

É dessa forma que a gente vê o trabalho do governador Wagner. Obviamente ninguém fala da crise que o capitalismo vive. Esse sistema, Prof. Zé Raimundo, é preciso colocarmos isso na nossa pauta e mostramos para a sociedade, para o trabalhador, para o povo, para as mulheres e para os segmentos que ainda não têm os seus direitos assegurados, que esse sistema precisa ser substituído. Nós temos que ter uma alternativa de produção e de distribuição de riqueza, porque o capitalismo não está dando conta. Afinal de contas, são quase 1 bilhão ou mais de 1 bilhão de pessoas no mundo morrendo de fome. Então, ninguém pode considerar que um sistema desse

seja bom.

Nesse sentido, presidente, eu queria, faltando esse minutinho aí, pedir a V.Ex^a que peça ao presidente eleito Marcelo Nilo que coloque na pauta da próxima sessão que tiver votação a nossa PEC dos Torturadores e a PEC do Voto Aberto. Todo mundo que fala sobre o que foi o clamor nas ruas, o que foi que a juventude disse, em junho, quando foi às ruas. Não havia manifestação dessa juventude que não tivesse lá uma pauta de voto aberto e abaixo a perseguição política. Torturador não é para ser homenageado, é para ser punido. Um grande abraço.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Agora, com a palavra o deputado Carlos Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, hoje tivemos a audiência pública, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a presença do secretário da Fazenda que veio apresentar o resultado desse novo quadrimestre.

Primeiro, quero lamentar que a TV Assembleia, pela primeira vez, desde que foi implantada, não estivesse filmando a audiência pública no momento, o que foi lastimável. Não sei o motivo e vou pessoalmente pedir explicações ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, para que ele nos informe o motivo pelo qual a TV Assembleia não ter, ao vivo, divulgado um evento tão importante quanto esse, um momento que o próprio governo do Estado lançou uma série de providências, Refis, contingenciamento de despesa, corte de gastos de toda natureza, débitos com fornecedores, escolas em greve por falta de limpeza. Enfim, a TV Assembleia não divulgou a transmissão desse evento.

Lamentar também, e me causou espanto, a ausência de parlamentares, sobretudo da Base do governo. Com honrosas exceções como o deputado Zé Raimundo, que está sempre em todas; V.Ex^a; Capitão Tadeu, que fez uma pergunta extremamente interessante; o Líder do governo, mas contava nos dedos o número de deputados que estavam lá. Acho interessante, porque não era assim quando vinha o secretário Carlos Martins, que não conhecia absolutamente nada de gestão, que acabou com o Estado da Bahia, que trouxe a situação em que hoje se encontram as finanças do Estado, o Fiplan, que o secretário novamente confirmou que não funciona, só deverá estar funcionando no final deste ano. E na hora em que chega um elemento técnico como o secretário, bem intencionado, a Bancada do governo não prestigia, por quê? Estranho! Isso merece alguma justificativa por parte do Líder do governo.

Mas o que gostei, deputado Carlos Geilson, é que o secretário foi extremamente sincero. Infelizmente, não pode responder a nenhuma das perguntas que fiz. Mas fiquei satisfeito, porque, pelo menos, ele foi sincero ao admitir – como tenho denunciado aqui desde o início desta legislatura quando retornei à Casa – que o Estado está com a sua contabilidade toda inconsistente. Uma contabilidade que não retrata a realidade, onde os próprios técnicos do Tribunal de Contas do Estado começaram a ser treinados apenas dia 10 de outubro. O secretário, com toda

sinceridade que é peculiar a um bom técnico como ele é, admitiu que os números são inconsistentes, a contabilidade do Estado não retrata a realidade dos fatos. A partir daí ficou apenas uma pergunta, porque o resto não tinha como ele responder mesmo. Se a contabilidade não está consistente, não tinha como respondê-las. Até admiti e o parabeneizei pela sinceridade.

Mas o que é mais grave para mim é que nem o, hoje, o próprio secretário não consegue avolumar. Pode ser de 7, que está comprovado, até R\$ 14 bilhões o déficit atual do governo. É inadmissível uma situação dessas. Agora, causada por quem? Carlos Martins. Quem começou com o déficit no governo em 2008? Carlos Martins, R\$ 270 milhões. Quem foi em 2009? Carlos Martins. Em 2010, R\$ 973 milhões? E assim por diante. Quem implantou o Fiplan? Carlos Martins.

Mas é um assunto, meu caro presidente, que vou voltar, porque tem uma pergunta que ficou no ar, uma conta R\$ 1,3 milhão no Banco do Brasil que o governo tem utilizado para contrabalançar o caixa do Estado, que está com um rombo. E essa conta, aberta desde 2010 por Carlos Martins em nome do governo do Estado apresenta um déficit médio de R\$ 1 bilhão por mês. Sendo que chegou no pico de R\$ 3 bilhões. Isso significa antecipação de receitas e financiamento. E o governo não pode adquirir recursos fora sem o aval do Poder Legislativo. Essa conta é irregular. Naturalmente, até por uma questão de decência com seu antecessor Carlos Martins, o secretário não pode responder, deputado Carlos Brasileiro, V.Ex^a estava lá. Perguntei duas vezes, ele não respondeu, não se manifestou. Eu entendi para não constrangê-lo, já que o assunto não era dele. Mas é uma coisa que preocupa esta Casa, porque tira a autonomia do Poder Legislativo. E está fazendo com que o governo incorra em erros, porque depois ele vai ter problemas é na própria aprovação das contas. Porque na hora em que estiver essa conta sinalizada que é do Banco do Brasil o TCU pode ser acionado. E o TCU não será complacente como tem sido o Tribunal de Contas do Estado com o governo do Estado.

Mas voltarei a falar sobre esse assunto ainda nesta tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para usar o tempo de 5 minutos, com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado Carlos Brasileiro, colegas, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, servidores da Casa, assessoria dos gabinetes, quero deixar registrada inicialmente uma moção de pesar pela Prof^a Dr^a Consuelo Novais Sampaio. Durante esta semana, por causa da correria, infelizmente não pude fazer este registro. Deixo aqui para ser transcrito nas atas.

Ela foi uma grande mestra, educadora, inclusive pioneira nos estudos sobre o Legislativo baiano. E não só inovou na história política em geral, pesquisando o poder político da Bahia, pois também saíram da sua lavra as primeiras pesquisas sobre o Parlamento deste Estado. Claro que há uma produção importante na historiografia baiana, memórias de governadores, políticos, mas os trabalhos acadêmicos realmente foram da minha querida mestra, de quem tive a honra de ser

aluno na graduação. Foi uma das examinadoras na minha tese de mestrado acerca dos trabalhadores da Bahia. Lamentavelmente, no corre-corre da vida política, não pude publicá-la.

Deixo registrado esse acontecimento, essa perda no dia 18, de sexta para sábado, da semana passada. É um pouco da vida de nós. Já perdemos nosso amigo Ubiratan Castro e agora a professora Consuelo Sampaio.

Fiz ontem uma solicitação que esta Casa aprovou, duas homenagens a dois outros mestres. Quero fazer o possível para realizá-las, porque eles já estão no outono da vida. São os professores Luís Henrique Dias Tavares e Cid Teixeira, dois grandes monumentos da cultura da Bahia que estão no inverno de suas existências, como eu disse. Queremos fazer essa homenagem aqui a esses dois mestres com toda a minha geração de professores de História e de historiadores presente.

Deixo hoje também registrada, Sr. Presidente, mais esta manifestação.

Quero também demonstrar a nossa alegria com a abertura nessa terça-feira, no Derba, da licitação do Aeroporto de Vitória da Conquista, na qual quatro empresas apresentaram os envelopes que estão sendo estudados nesta primeira fase, a de habilitação dos documentos. Aguardaremos que todas elas sejam habilitadas nos próximos cinco dias para logo, logo termos a segunda fase da concorrência, a da abertura dos preços, conforme a Lei Federal nº 8.666/93 preconiza. Como são recursos federais, estamos no aguardo de que seja iniciada imediatamente a construção desse aeroporto lá em Conquista, uma aspiração de toda a nossa região.

Finalmente, Sr. Presidente, trago também a constatação de que hoje, na audiência pública com o secretário Manoel Vitório, a base do governo teve uma exposição consistente. Os deputados da Oposição levantaram uma série de interrogações e indagações, cumprindo o seu papel oposicionista. Levantaram naturalmente algumas análises que, a nosso ver, não são condizentes. Claro que o Erário Público passa por uma situação de dificuldade financeira. O governador já se manifestou publicamente sobre isso, as medidas que foram implementadas nestes últimos meses para controlar o fluxo de gastos, aumentar a arrecadação, equilibrar também todo o processo de pagamento.

Todos viram nos jornais algumas demandas dos empreiteiros. Então não há nada de novo, tudo com transparência, tudo com clareza, tudo com republicanismo, tudo com determinação do governador para superarmos.

Qual o detalhe importante? Essa situação não é só na Bahia. Dr. Manoel Vitório, com sua equipe, em recente reunião do Conselho de Secretários da Fazenda do Brasil, trouxe um relatório desanimador, que não é para nos alegrarmos. Muitos Estados, como Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, todos eles com dificuldades, já com salários atrasados, sem recursos para pagar o 13º salário. O governo da Bahia está fazendo seu esforço para poder tocar as obras, manter o pagamento em dia e buscar um equilíbrio, Sr. Presidente, para o próximo ano.

Nessa audiência pública que V.Exª também tomou parte, ao lado do nosso líder Zé Neto, constatamos que são medidas necessárias para podermos continuar a fazer uma gestão voltada para o povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado, Carlos Geilson, representante de Feira de Santana.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados Maria Luiza Laudano, Gaban, Capitão Tadeu, antes de abordar o assunto, devo dizer que tenho acompanhado, deputado Gaban, o seu trabalho, e cada vez mais me torno fã do seu trabalho e do parlamentar dedicado que é V.Ex^a. Por isso, acompanho com muita preocupação as notícias de bastidor de que V.Ex^a não pretende se candidatar à reeleição.

Acho que nós devemos defender, pugnar pelos nomes dos melhores, daqueles que estão comprometidos não só na Oposição, como também no governo. Esses parlamentares não podem abandonar a vida pública porque, meu caro Sargento Isidório, a depender da trincheira, a depender da vertente em que estejam, estão comprometidos com seus segmentos, com seus eleitores.

Então, deputado Gaban, quem sou eu para lhe recomendar? Quem sou eu para fazer esse pedido? Mas, como colega de Bancada, faço uma sugestão para que V.Ex^a reveja sua posição de não voltar a disputar um pleito. Quem sabe figurar conosco na próxima Bancada, se Deus quiser, como Bancada de Situação, como Bancada de governo.

Quero abordar um assunto que foi levantado nesta Casa outras vezes, que é o fim da reeleição para presidir este Parlamento. Sou favorável ao fim da reeleição, mas faço uma ressalva: fim da reeleição dentro da mesma legislatura.

Esta legislatura vai acabar em janeiro de 2015. Ora, quem preside a Casa pelos 2 últimos anos da legislatura, caso consiga a reeleição, no meu entender, está apto a disputar um novo mandato numa outra legislatura. Sou contra reeleição, repito, dentro da mesma legislatura. Portanto, faço coro com o deputado Rosemberg Pinto pelo fim da reeleição, mas faço esta ressalva, esta observação.

Outra questão é a que o deputado Álvaro Gomes levanta aqui, defendendo o fim do pagamento das sessões extraordinárias. Desde que cheguei a esta Casa, não caiu na minha conta bancária R\$ 1,00 sequer, nem 1 centavo. Quem faz isso, joga para a imprensa como se nós estivéssemos recebendo por sessões extraordinárias, o que deveria acabar. Mas, na verdade, na prática, não funciona.

Pergunto ao deputado Álvaro Gomes: quando foi a última sessão extraordinária pela qual recebeu? Talvez na legislatura passada, porque nesta, com certeza, não vi a cor de R\$ 1,00. Pelo contrário, já participamos de várias sessões extraordinárias, quinta-feira à noite, sexta-feira pela manhã. Mês de julho, viajamos, deputado Zé Raimundo, muitas viagens até custodiadas com nossos salários, nossos recursos, e joga-se para a torcida como se os deputados estivessem recebendo e fosse necessário acabar com o pagamento das sessões extraordinárias.

Se isso existe no papel, de fato não acontece. Portanto, acho que quando você defende esse ponto de vista, e parece para a sociedade como se apenas um fosse

moralizador e os outros, aqueles que querem a desmoralização, aqueles que querem se beneficiar do dinheiro fácil, do dinheiro público. Um aparece como arauto da moralidade, o suprasumo da moralidade, e os demais estão na planície como aqueles descomprometidos, que querem dinheiro fácil, que querem ganhar “numa boa”, sem trabalhar.

Que fique bem claro para a sociedade baiana, e eu posso falar e creio que outros companheiros também, nesta legislatura não se pagou e não se recebeu um centavo por qualquer convocação extraordinária. Nem os deputados da Comissão de Privatização dos Cartórios, que viajaram no recesso, receberam algo.

Portanto, que fique bem claro, para que aqueles outros deputados que não foram autor dessa proposta, que são contrários ao deputado Álvaro Gomes, e ele quer moralizar a Casa.

Esse é um posicionamento de um deputado que está no primeiro mandato, e sou favorável a que, realmente, não haja pagamento das extraordinárias. Mas está jogado para a sociedade e para a imprensa que os deputados estão recebendo, e que tem um deputado que quer acabar com o benefício que, na prática, não existe e não chega para nenhum deles, inclusive para ele também, que não recebe. Muito obrigado, Sr. Deputado que preside a sessão, Carlinhos Brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Capitão Tadeu.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Imprensa, povo baiano. Hoje, vou me referir a um deputado maluco, doido de pedra, varrido, maluco ao extremo, deputado Pastor Sargento Isidório. V.Ex^a é maluco mesmo, deputado; V.Ex^a é doido. Confirmei isso ontem.

Estive na inauguração do parque esportivo da Fundação Dr. Jesus, e só um doido, um maluco como V.Ex^a para fazer um trabalho brilhante como aquele. Um maluco beleza, como dizia o nosso Raul Seixas.

Deputado, quero dizer que sou um admirador de V.Ex^a. Estive conversando com aqueles internos, aquelas pessoas que estão em tratamento por vícios em drogas, e disseram que só sairiam dali no dia em que V.Ex^a não quisesse que eles ficassem lá. Eles amam aquele espaço e não querem sair de lá de jeito nenhum.

Muitos disseram: “acabou meu tempo, me recuperei, mas venho aqui para trabalhar como voluntário porque aprendi a amar aquilo.” Os depoimentos que ouvi dos internos foram os melhores possíveis.

Deputado Sargento Isidório, posso falar porque sou professor de Educação Física e sei o que é isso. Sempre fui atleta, me formei em Educação Física na Universidade Católica, e sei o quanto o esporte representa para curar e prevenir o uso de drogas. Aquela piscina semi-olímpica, aquelas quadras de vôlei de praia, de futebol de areia, de basquete, aquilo dará um tremendo suporte físico, emocional e psicológico para o tratamento das pessoas que estão ali.

Quero dizer que sou fã de V.Ex^a, aquele trabalho é extraordinário! Ai da Bahia

se não tivesse aquele trabalho ali. Se gente reclama da violência, ela seria muito maior se tivéssemos 1.000 drogados a mais nas ruas.

Quero deixar o meu testemunho aos deputados que não puderam ir. Eu estive na Fundação Dr. Jesus por 4 horas e fiquei encantado com aquele trabalho que V.Ex^a desenvolve ali. V.Ex^a e sua família moram lá dentro com os drogados, com as pessoas que estão em tratamento. Eu vi a sua esposa e os seus filhos lidando no corpo a corpo com aquelas pessoas. É um trabalho magnífico, é um trabalho extraordinário. Eu faço questão de fazer esse registro, porque estive presente lá. Realmente, é um trabalho de maluco, é um trabalho de doido, mas é um trabalho de maluco-beleza. A Bahia precisa desses malucos, o Brasil precisa desses malucos, ou seja, precisa de pessoas comprometidas com o bem-estar social e de pessoas que queiram levar benefícios à sociedade.

Por isso, fica registrada a minha Moção de Aplausos a V.Ex^a, à família de V.Ex^a, à Fundação Dr. Jesus e a todas as pessoas que ali trabalham. Parabéns. Quero dizer que a minha admiração por V.Ex^a cresceu muito mais. Parabéns!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero comunicar que, de comum acordo com o deputado Gaban, representante da Bancada da Minoria, estenderemos a sessão por mais 10 minutos para ouvir os demais oradores.

Usando do espaço momentâneo da presidência, quero me solidarizar com as palavras do Capitão Tadeu, porque também fui testemunha ao visitar por duas vezes o trabalho do maluco-beleza – também concordo com esse apelido –, o nobre deputado Pastor Sargento Isidório, que faz um belíssimo trabalho. Eu vi de perto e, realmente, é de nos entusiasmar. Apoiaremos sempre que possível.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Dando continuidade à sessão, concedo a palavra ao nobre deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Srs. das Galerias Paulo Jackson, senhores que nos ouvem, que toda honra, toda a glória e todo louvor sejam dados em nome de Jesus. Eu sou pastor evangélico, estou pastor, mas eu fui usuário de drogas, fui alcoólatra. Todos já sabem da minha história do homossexualismo, sabem que planejei assaltos a bancos ainda dentro da PM, mas não aprendi isso com homens como o Capitão Tadeu, não aprendi isso lá dentro.

Quando alguém entra no mundo das drogas, desobedece o pai e a mãe, e todo o filho desobediente se transforma em maldição e terá maus dias na terra. A Bíblia diz que bem-aventurado é aquele ou aquela que atende ao pobre. O Senhor o livrará no dia do mal, o Senhor o livrará e o conservará em vida.

Capitão Tadeu, temos as nossas diferenças políticas. A primeira diferença é que sou praça e V.Ex^a é oficial. Hoje, eu prego a união de praças e oficiais, mas eu sou do tempo que oficial só queria lascar com os praças dentro da PM, a “coronelada”! A

gente só vivia se lascando e os oficiais botando para lascar com a gente. Na condição de deputado, eu aprendi com V.Ex^a a amar mais a PM.

É claro que eu pertencço à Base do governo. Não tem outro jeito! Eu gosto do governador, sou apaixonado pela maneira como ele conduz o Estado. É claro que ele tem falhas, tem os defeitos, até porque não existe governador sem secretário, não existe prefeito sem secretário, nem presidente sem ministro. Ministros e secretários desgraçados que sabem que o chefe quer o bem, mas essas misérias não atendem direito, fazem miséria, tripudiam e desobedecem. Sei que, hoje, a Fundação Dr Jesus, se dependesse do governador, estaria além, eu não estaria devendo R\$ 850.000,00 ao INSS, sendo roubado pelo governo federal. Eu não cobro um tostão para internar ninguém e tenho que pagar todo mês R\$ 15.000,00. Isso é um absurdo! Sei que não estaria devendo ao pessoal do alimento. O governador prometeu me ajudar, mas ele tem a periferia dele. Eu não vou dar nome, porque Deus conhece o nome. Como disse, nós temos nossas diferenças.

Mas se eu disser que o senhor não é um deputado comprometido com a causa da PM, estaria sendo injusto com V.Ex^a, até porque aí da Polícia Militar no dia em que perdê-lo. É uma pena que há policiais que querem tomar cachaça, querem pagode, lambada, merengue, estão pouco se lixando para desgraça nenhuma. Querem fazer greve sem saber o significado da greve; o que pode ser prejudicado. Muito embora eu seja a favor dos movimentos de greve, porque, sem greve, governadores e presidentes não atendem o funcionalismo público. Lamentavelmente, eles trancam os ouvidos e só atendem a um instrumento chamado greve. Ah, se eles fossem sensíveis!

O governador Jaques Wagner já amargou 1x0 da PM, 1x0 dos professores. Se tiver juízo, sairá para conversar com os professores, com a Polícia, com o pessoal da Saúde, da Educação, com todos, porque ele também foi sindicalista. Sei que é um grande homem, cheio de bons propósitos.

Estou alegre porque V.Ex^a visitou a Fundação Dr. Jesus pela terceira vez. Às vezes, alguém fala mal do nosso trabalho, e eu peço a Deus que perdoe, porque não o conhece, ouviu a rádio de Mário Kertész esculhambando nosso trabalho. Mas o Ministério Público desmentiu e elogiou a fundação. Mostramos um relatório do juiz de direito dizendo que se sentiu mais seguro na fundação e que o nosso refeitório tem mais organização do que o dos magistrados. Isso está na internet.

Convido a todos para um caruru de Jesus, sem Cosme, sem Damião, no dia 3, domingo, às 9h. Estarei inaugurando salas de aula, cursos profissionalizantes, piscinas, quadra de esportes, salão de jogos e vagas para mais 600 usuários de drogas.

Estou honrado, Capitão Tadeu, com a presença de V.Ex^a e um pouco triste, porque tenho 136 mulheres internadas. A representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres esteve lá, mas a da Comissão das Mulheres da Assembleia até agora não foi. Talvez, se eu fizer um pagode, uma lambada, ela vá. Como são mulheres que vêm das drogas, ela não vai. E agora é que não vai mais, mas não fará falta. As deputadas de bem desta Casa, sei que um dia irão. A deputada Maria Luiza Laudano, quando eu estava em crise, pegou dinheiro e mandou comida para a fundação. As outras, não estão preocupadas. Agora, vem, com Comissão das Mulheres e não sei o quê. Que

mulher? As mulheres que precisam estão lá, meninas com 11, 12 anos grávidas, cortadas de faca. São 136 mulheres e quase 900 pessoas internadas.

Convido o povo baiano para ir à fundação. Estou lá com minha esposa, filhos, netos, barata, rato, carrapato...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Deus abençoe a todos, em nome de Jesus.

O nosso tratamento é gratuito. O governador está de parabéns, porque determinou o retorno do convênio. Agradeço a Deus pela vida deste governador e de D. Fátima. Por esses dias, ela estará visitando a fundação para ver o que Deus está fazendo naquele lugar.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, deputada Maria Luiza Laudano, deputado Pastor Sargento Isidório, deputado Gaban, ele é doido, só não é bobo.

Quero parabenizar mais uma vez V.Ex^a. Sei que, às vezes, a imprensa mostra outras coisas, mas não mostra o trabalho que poucos têm coragem de realizar. Como disse o deputado Capitão Tadeu, só um doido pode colocar mais de mil drogados, quando praticamente não tem solução, sem um centavo de orçamento, dependendo da boa vontade do governo. Então V.Ex^a faz um trabalho que poucos teriam coragem de fazer. Só um doido, mas bobo V.Ex^a não é, caso contrário não teria tantos votos.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar aqui, mas, infelizmente, o tempo é pouco, a respeito da visita que recebemos hoje do secretário da Fazenda, Dr. Manoel Vítório, que participou de uma audiência pública na qual mostrou uma situação de efetiva melhora por que passa o nosso Estado.

Também quero dizer, Sr. Presidente, deputado Carlos Brasileiro, que o Congresso Nacional – vou deixar para falar sobre isso na próxima semana –, mais uma vez, deixou passar uma oportunidade de fazer a reforma política. Fizeram um remendo que serve de chacota em nível nacional. Depois de tanto tempo, de tantas comissões, de tanto dinheiro gasto, de tantas reuniões, decidiram apenas, deputado Gaban, o tamanho do adesivo, e que não vai ter placa nem pintura. É por isso que a classe política serve de chacota e é tão desmoralizada. Ora, vê-se em todos os canais de televisão: reforma política, comissão disso e daquilo, e no final fazem uma piada dessas.

É uma falta de respeito com o País, com o povo brasileiro, praticada por aqueles que têm a obrigação de fazer as coisas sérias. Infelizmente, temos de nos contentar com esse remendo. Não pode mais botar placa, ter pintura nem propaganda em propriedade particular. Essa foi a reforma política que os nossos congressistas fizeram, depois de tantas manchetes.

Sr. Presidente, queria ainda aproveitar para concordar totalmente com as palavras de um deputado que está na Assembleia há apenas 3 anos, deputado Carlos Geilson. Mesmo ele fazendo parte da Bancada da Oposição, e eu, da Situação, concordo plenamente com o que ele disse.

Não podemos aceitar que um deputado venha aqui e tente se passar por melhor do que todos os outros. Com todo o respeito que tenho pelo deputado Álvaro Gomes, mas, se depender de mim, não aprovo nada, para que ele não vá passar para a imprensa que é o pai da criança, o honesto, e todos aqui são desonestos. Nunca recebi, em 8 anos aqui, por convocação extraordinária. Isso não existe mais aqui. Pode até ainda estar na lei, mas, pelos dias de hoje, pelas exigências de hoje, não cabe mais ninguém receber. E talvez por isso nunca mais foi pago.

Então, não podemos aceitar que um colega nosso se venha passar por mais honesto que os demais. Digo de público que em iniciativas desse tipo, mesmo sendo favorável, eu não voto. Digo de público, pois não tenho medo de patrulha. Assumo de público o que faço.

Há uns seis ou sete anos fui entrevistado por um repórter da Rádio Metrópole e ele me perguntou o que achava do voto secreto e do aberto. Respondi, deputada Maria Luiza Laudano, de acordo com a minha opinião, e disse que era contra o voto aberto para veto do governador e para a escolha de conselheiro. Quanto ao resto, eu achava que deveria ser aberto. Fui malhado nos programas do Sr. Mário Kertész. Interessante que somente eu e mais três deputados dissemos o que achávamos do voto secreto. De 63 deputados, 60 eram, há sete anos, favoráveis ao voto aberto, e continua o mesmo processo.

Infelizmente, a política é feita dessa forma, deputada: nem sempre você diz o que pensa, diz o que a imprensa, às vezes, ou o que a população gosta de ouvir. Eu pago o preço de assumir as minhas posições de público.

Quero encerrar as minhas palavras no Pequeno Expediente e dizer que, se depender de mim, esse projeto de iniciativa do deputado Álvaro Gomes, qualquer que seja outro nessa condição, não votarei, independentemente de qual seja o nosso colega, porque não fica bem um deputado querer se passar como o melhor de todos os que compõem esta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente desta sessão, Srs. Deputados Gaban, Paulo Azi, Leur Lomanto, Adolfo Menezes, queridas taquigrafas, imprensa, ouvintes da TV Assembleia, senhores presentes às Galerias Paulo Jackson e Srs. Funcionários, é um prazer estar aqui hoje à tarde. Embora com o Plenário um pouco vazio, é importante usarmos a tribuna para expressar os nossos ideais.

Corroboro as palavras dos Srs. Deputados Carlos Geílson e Adolfo Menezes, porque estou há oito anos nesta Casa e nunca recebi por convocação extraordinária.

Por isso, não voto. Não voto porque o recesso já foi diminuído, não temos férias, o que temos é trabalho, porque visitamos as nossas bases. Só não temos as sessões plenárias e de comissões, os gabinetes ficam abertos e trabalhamos. Então, não é possível que fiquemos aqui a votar o que não existe. Não é possível isso!

Por outro lado, quero agradecer e elogiar a direção do Hospital do Subúrbio. Os diretores fazem um trabalho competentíssimo, por isso estão de parabéns, assim como o nosso secretário Jorge Solla, que tem dado condição aos hospitais funcionarem.

Acredite, Sr. Presidente, estávamos com uma paciente internada lá havia 21 dias, estive em UTI, uma paciente idosa. Até não esperávamos que se recuperasse, mas graças à competência dos médicos ela se recuperou. Precisava de um exame especial, que só o Hospital Ana Nery tinha condições de fazer. Não houve interferência nossa, mas o Hospital do Subúrbio transferiu D. Armesina Rodrigues para o 4º andar do Hospital Ana Nery. Ela chegou ontem, já foi submetida a vários exames e será operada.

Só tenho que parabenizar o secretário e o governo do Estado, porque se ele é um secretário competente, que atende à saúde, também temos que agradecer ao governador Jaques Wagner.

A saúde é cara, gente. Não pensem que fazer saúde é barato, não. É muito caro e depende de muitas especialidades, depende de encontrar médicos. Atualmente, existe uma carência imensa de pediatras. Sabemos que há dificuldade, sabemos que quanto mais é feito, mas tem o que se fazer, porque nenhum hospital do interior tem condição de ter todas as especialidades de médicos. O paciente é internado para receber os primeiros socorros e posteriormente tem que ser transferido para Salvador, onde há maiores recursos. Isso não deixa de sobrecarregar os hospitais, leitos e UTIs. Então, quero dizer que em todas as áreas temos dificuldades.

Por outro lado, sabemos que hoje estive na Casa – e peço desculpas por não ter comparecido para prestigiar – o secretário Manoel Vitória, esse secretário que saiu da Secretaria da Administração, fez um excelente trabalho à frente da Secretaria da Administração, competentíssimo, tanto é competente que ele saiu da Secretaria da Administração para ir para a Secretaria da Fazenda. Sem dúvida alguma, é competente, é uma pessoa séria, de palavra, que não esconde, realmente, as dificuldades, os problemas que está enfrentando o Governo do Estado, porque a crise é geral. E por essa crise estar aí é que, sem dúvida, Sr. Presidente, ela atinge o Estado da Bahia e a todos nós e, realmente, já passou por vários secretários e que dentro de tão pouco tempo o Secretário da Fazenda não pode responder por outros secretários que por lá passaram.

Quero aqui agradecer a tolerância e dizer que estamos nesta Casa para atender, sem dúvida alguma, aos reclames da comunidade, a quem nos confiou, deputado Paulo Azi, de estarmos aqui para defender os seus direitos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares presentes, hoje tive a oportunidade de acompanhar a sessão da Comissão de Orçamento que ouviu o novo Secretário da Fazenda, o Sr. Manoel Vitorio. Confesso, Sr. Presidente, que se já estava preocupado com a situação financeira do Estado, essa preocupação aumentou depois da explanação de S.Ex^a, o Secretário da Fazenda.

Não sei se o secretário por estar há pouco tempo, deputado Gaban, à frente daquela Pasta, mas não teve condições de responder, sequer, a uma pergunta, a um questionamento feito pelos parlamentares que estavam presentes àquela sessão. E o que é pior, levantamos uma série de inconsistências, uma série de informações oficiais que contradizem a própria situação fiscal e financeira do Estado, e não conseguimos tirar do Secretário da Fazenda nenhum esclarecimento.

Veja V.Ex^a, Presidente Brasileiro, que todos estamos a acompanhar e o próprio Governo a reconhecer enormes dificuldades para que o Governo possa honrar os seus compromissos, e aí atrasos generalizados no âmbito da administração pública, o Estado não cumpre com as suas obrigações mais elementares, porque, efetivamente, se encontra com um enorme rombo nas suas contas, com o desequilíbrio entre o que arrecada e o que gasta, e aí confrontamos o secretário com números que aparecem nos seus balanços e demonstrativos, deputado Gaban, que à primeira vista coloca o Estado numa situação, absolutamente, confortável do ponto de vista financeiro. O próprio documento oficial do Governo do Estado traz lá a informação de uma disponibilidade de caixa da ordem de quase sete bilhões de reais. E, para minha surpresa, quando indagado, o secretário disse que não, que aquilo era um erro formal, deputado Gaban.

Então o governador assina um documento, deputado Carlos Brasileiro, V.Ex^a já foi prefeito, encaminha esse documento ao Tribunal de Contas do Estado e aí o secretário chega aqui e diz que é um erro formal, deputado Gaban, e não se conserta esse erro! Pedi à minha assessoria para levantar para saber se houve algum adendo, se houve alguma alteração, mas não, absolutamente nenhuma.

Então ficam lá os técnicos do Tribunal de Contas do Estado analisando documentos oficiais do governo que estão errados, que foram maquiados. E aí a nossa dúvida é exatamente saber quais foram os motivos que levaram o governo do Estado, a Secretaria da Fazenda a maquiar os seus números contábeis.

Ficou muito claro no dia de hoje. E vamos informar ao próprio Tribunal de Contas do Estado, vamos oficializar o Secretário da Fazenda que faça as correções devidas, que informe então quais são os números corretos para que possamos definitivamente tentar entender o tamanho desse buraco, o tamanho do buraco que hoje existe nas contas do governo do Estado, que era de 2,6 bilhões no final do ano, que demonstrou uma insolvência no meio do ano de 1,8 bilhão, despesas liquidadas e não pagas que agora no mês de outubro não temos absolutamente a noção exata de como está essa situação.

Veja, deputado Carlos Brasileiro, que o deputado Gaban levantou naquela

audiência uma questão muito grave da existência de uma conta oculta em que o governo fazia transações com o Banco do Brasil. Chegou a apresentar um saldo negativo de mais de R\$ 1 bilhão, e o secretário praticamente fez de conta que não viu. Não teve uma postura clara de dizer: isso existiu, isso não existiu. O que só fez aumentar as nossas suspeitas de que realmente existe uma conta oculta no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Agradeço a V.Ex^a a tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Questão de ordem, deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Gostaria que fosse feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- V.Ex^a será atendida.

Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, apenas para lamentar que depois de uma audiência pública com o secretário da Fazenda sobre a situação do Estado, imaginava que este Plenário hoje estivesse totalmente cheio para discutirmos a situação e darmos a nossa colaboração. Eu mesmo, quando solicitado pelo secretário, dei uma sugestão e inclusive ele acatou, disse que vai utilizar. Esse era o momento para nós todos estarmos aqui debatendo essa questão, mas, infelizmente, temos aqui apenas cinco parlamentares, quatro agora, no Plenário. E não resta outra atitude a não ser V.Ex^a considerar encerrada esta sessão por falta de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Atendendo o pedido de verificação quórum da deputada Maria Luiza Laudano, antecipado pelo deputado Gaban, informo que o número de parlamentares neste Plenário fere o Regimento desta Casa. Por isso, damos por encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*